

A IGUALDADE RACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL E AS AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTINUADA DAS PROFESSORAS NA CIDADE DE BELO HORIZONTE

Ademilson de Sousa Soares
Lisa Minelli Feital

Este texto¹⁵ discute a igualdade racial e problematiza aspectos das ações de formação continuada¹⁶ das professoras da Educação Infantil em Belo Horizonte. A partir de reflexões propostas por Arendt (2004) e Rosemberg (2014) sobre o racismo na sociedade, na educação e na escola, apresentamos alguns aspectos das Leis nº 10.636/2003, 11.645/2008 e 12.288/2010 e das políticas públicas para a igualdade racial, confrontando os paradigmas da diversidade e da igualdade. A pesquisa de campo incluiu entrevistas com nove profissionais da Educação Infantil em Belo Horizonte, sendo seis

15. O artigo é parte da dissertação de mestrado que teve como objetivo, dentre outros, analisar a abordagem do tema das relações raciais nas ações de formação continuada das professoras da Educação Infantil em Belo Horizonte (FEITAL, 2016).

16. Brito e Miranda (2017) ressaltam que na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte são desenvolvidas ações de formação de professores/as para atuar na educação das relações etnoraciais pelo menos desde o ano de 1995. A partir de 2004, as ações de formação continuada foram mobilizadas pelo edital MEC/Sesu/Secadi, que instituiu o *Programa UniAfro*.

professoras atuantes em creches e em Unidades Municipais de Educação Infantil (UMEI), e três gestoras de uma Regional de Ensino da cidade e da Secretaria Municipal de Educação (SMED/PBH). Procuramos saber das entrevistadas em que medida as ações de formação continuada contemplam a temática da igualdade racial e da luta contra o racismo.

O tema nos remete a um artigo de Hannah Arendt intitulado “Reflexões sobre Little Rock”, publicado em seu livro *Responsabilidade e julgamento* (2004). Nesse artigo, a autora analisa a decisão da Suprema Corte dos EUA de iniciar o processo de dessegregação pelas escolas, ou seja, a justiça norte-americana, pressionada pelas lutas contra o racismo na década de 1950, decide garantir aos negros o direito de frequentar as mesmas escolas que os brancos. Assim, em Little Rock¹⁷, brancos em fúria protestavam contra os negros que ousaram desafiar o racismo e matricularam seus filhos nas escolas antes proibidas para eles. Hannah Arendt questionou a situação, pois seria injusto deslocar a responsabilidade dos adultos para os ombros das crianças, sobretudo considerando a hostilidade do ambiente.

O escritor americano Ralph Ellison criticou as reflexões de Arendt acerca de Little Rock. Para ele, a presença das crianças negras nas escolas, mesmo e apesar do ambiente hostil, seria para elas uma lição de “sacrifício” importante, ou seja, os negros nos Estados Unidos da América, principalmente dos estados do sul, precisavam aprender desde cedo o quanto poderiam ser alvos de segregação e hostilidade. Assim, a conquista dessa política de inclusão escolar deveria ser defendida, mesmo que ela trouxesse em si a possibilidade desse “sacrifício” imposto às crianças (BODZIAK JÚNIOR, 2013). Arendt acolheu as críticas de Ellison e, para Bodziak Júnior, a concordância de Hannah Arendt com Ralph Ellison traz lições para a sua concepção de educação: que as crianças possam ser educadas para o enfrentamento real de problemas como a discriminação racial sem que “esse enfrentamento fosse transformado em uma rebelião contra a totalidade do mundo enquanto tal” (Ibidem, p. 6).

17. Elizabeth Eckford, Minnijean Brown, Ernest Green, Thelma Mothershed, Melba Pattillo, Gloria Ray, Terrence Robets, Jefferson Thomas e Carlotta Walls desafiaram o racismo nos EUA na cidade de Little Rock e tentaram frequentar a “escola dos brancos”. Ao ver nos jornais a foto Elisabeth sendo hostilizada pelos brancos, Hannah Arendt ficou indignada.

Uma experiência dolorosa poderia significar uma “prova de fogo” para que as crianças negras assumissem a responsabilidade na luta contra o racismo da sociedade americana, reafirmando sua identidade mesmo em ambientes hostis. Arendt temia que os pais dessas crianças, ao aceitarem matricular seus filhos em escolas de brancos – em ambientes hostil e persecutório –, se “esquecessem” de lutar pelo completo fim das leis de segregação racial. Para ela, o racismo estrutural da sociedade americana deveria ser enfrentado antes da dessegregação a partir da entrada das crianças negras nas escolas.

Igualdade racial na Educação Infantil

Fúlvia Rosemberg também abordou o tema da igualdade racial em sua vasta produção acadêmica e publicou no ano de 2014 um texto em que discute as relações raciais desde a Educação Infantil, evidenciando as tensões presentes no debate entre igualdade e diversidade. Há no Brasil uma maior ênfase em abordagens da temática a partir da diversidade e um esquecimento parcial da questão da igualdade, corroborando com o predomínio de vertentes do multiculturalismo e do pensamento chamado pós-moderno. Para a autora, esse não é um fato isolado e ocorre a partir de movimentos sociais que criticam a chamada modernidade e a globalização “monoculturalista”, reivindicando o reconhecimento de suas identidades culturais.

No entanto, Rosemberg (2014) adverte que a exacerbação das lutas pelas diferenças pode acabar servindo de “álibi” para aqueles que apontam no outro diferenças tão grandes a ponto de qualificá-lo como não humano, não cidadão, e que sustentam, a partir disso, segregações, massacres, barbáries e escravizações. A bandeira do “direito à diferença” pode camuflar uma cilada. Por mais de duzentos anos, grupos ultraconservadoristas defendem arduamente o predomínio da diferença. Além disso, eclode no mundo um “novo racismo” fundado não no equívoco da falsa superioridade biológica, mas numa suposta “essência” das diferenças culturais. Esse neoracismo afirma e defende que somos desiguais porque somos diferentes, revertendo a seu favor o sentido positivo que grupos humanistas e progressistas atribuem à diferença.

Para Rosemberg é preciso, no Brasil, ficarmos atentos às tensões entre diversidade e desigualdade, pois somos um país com enormes desigualdades em que segmentos sociais com menor renda são os menos beneficiados pelas políticas públicas e com menor índice de participação política. A autora mostra que a busca da igualdade econômica e do reconhecimento da diversidade cultural deve partir de uma concepção de justiça que suponha o princípio da paridade de participação, ou seja, que de fato ocorra a democratização do acesso aos bens simbólicos e materiais produzidos socialmente. “É louvável que algumas políticas identitárias e também redistributivas se situem no âmbito escolar, porém, outras políticas redistributivas devem ir além da escola” (Ibidem, p. 749).

O impacto negativo das desigualdades pesa mais que o impacto positivo de educadores engajados na luta contra o racismo. Por isso, é preciso, na perspectiva de Rosemberg (2014), e também de Arendt (2004), conjugar a defesa dos direitos dos negros com a luta por mudanças estruturais. A legislação brasileira sobre igualdade racial, conquistada pelo movimento negro nos últimos anos, é parte dessas mudanças.

A dissertação que deu origem a esse trabalho é parte de um aumento expressivo de trabalhos acadêmicos nesse campo de pesquisa com os quais dialogamos e procuramos nos somar. O que apresentamos aqui é apenas uma parte dos resultados da pesquisa.

Igualdade racial em Belo Horizonte: o que preconiza a legislação

As ações de formação continuada desenvolvidas junto às professoras de Educação Infantil de Belo Horizonte no sentido de garantir a igualdade racial entre as crianças se orientam, dentre outras diretrizes normativas, pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 – que incluiu no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática da “história e cultura afro-brasileira” (BRASIL, 2003); pela Resolução nº 003 do Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte, de 20 de novembro de 2004 nº 003 – que institui as diretrizes curriculares municipais para a educação das relações étnico-raciais (BELO HORIZONTE, 2004); e pela Lei nº 11.645, de 10 de

março de 2008, que alterou a Lei nº 10.639/2003, e inseriu como obrigatória no currículo oficial, além da história e da cultura dos negros, também a dos povos indígenas. Perguntamos, em nossa pesquisa, como professoras, diretoras, coordenadoras pedagógicas e gestoras da Educação Infantil, a primeira etapa da Educação Básica, participam do movimento pela igualdade racial, e quais as ações de formação desenvolvidas para a efetivação da legislação em vigor.

Neste trabalho focalizamos na temática da igualdade racial sem aprofundar as dimensões étnicas envolvidas na problemática estudada. No entanto, estamos cientes de que todas as escolas podem e devem trabalhar respeitando a pluralidade cultural e étnico-racial. É preciso ressaltar ainda que a Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, instituiu o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica (BRASIL, 2010b).

Para as entrevistas, analisamos ainda as *Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais* (Idem, 2006), publicadas pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação. Ali se confirma em parte o que aponta Rosemberg (2014): há um predomínio do paradigma da diversidade (campo semântico citado 820 vezes no documento) na abordagem da questão racial, com presença menor do tema da igualdade (campo semântico citado 90 vezes). Silvério (2003) também discute as tensões entre os paradigmas da diversidade e da igualdade e afirma que são duas ideologias que se opõem. De um lado, exacerba-se na defesa de particularismos culturais; de outro, defende-se uma igualdade abstrata de todos perante a Lei. A duas posições são arriscadas. “No primeiro caso, o risco seria a xenofobia; no segundo caso, a ausência de reconhecimento ou um reconhecimento inadequado daqueles considerados diferentes por suas marcas corpóreas” (Ibidem, p. 63).

No parecer que fundamenta a aprovação das diretrizes curriculares para a Educação Infantil (BRASIL, 2010a), as temáticas da igualdade racial e da diversidade aparecem com uma clara ênfase na denúncia das desigualdades socioeconômicas. Dependendo de como se organizam e de

como funcionam as instituições de Educação Infantil, elas podem reforçar as desigualdades de acesso e de qualidade da oferta educacional. A luta pela igualdade racial na Educação Infantil significa, assim, na perspectiva das diretrizes, promover a equidade social e combater desigualdades sociais e econômicas. Por isso, fica expresso neste documento oficial que “o combate ao racismo e às discriminações de gênero, socioeconômicas, étnico-raciais e religiosas deve ser objeto de constante reflexão e intervenção no cotidiano da Educação Infantil” (Ibidem, p. 10). No caso do atendimento às crianças de zero a cinco anos e oito meses, a luta pela igualdade racial e o combate ao racismo devem se articular a um movimento político mais amplo de garantia de direitos, pois no país há desigualdades de acesso a creches e pré-escolas entre crianças negras e brancas, moradoras do meio rural e urbano, das regiões norte/nordeste e sul/sudeste e, principalmente, entre crianças pobres e ricas (Ibidem).

Em Belo Horizonte há uma política pública municipal que busca garantir a igualdade racial na cidade como um todo e nas instituições governamentais; política essa que se soma às diferentes diretrizes para a área da educação (BELO HORIZONTE, 2004, 2009, 2013). A criação do Núcleo de Relações Étnico-Raciais na estrutura da SMED é parte dessa política. Para compreender como acontecem as discussões sobre a igualdade racial nas ações de formação continuada para a temática da igualdade racial no cotidiano das instituições de Educação Infantil, entrevistamos nove profissionais envolvidas nesse processo, todas mulheres. A declaração de pertencimento racial das entrevistadas não foi considerado. A análise das entrevistas revela diferentes níveis de discursos sobre as ações de formação voltadas para a igualdade racial na Educação Infantil. A seguir apresentamos uma parte do resultado da pesquisa.

Igualdade racial e ações de formação continuada: o que dizem as entrevistadas

Ludmila e Elaine¹⁸, no momento da entrevista, trabalhavam em uma creche conveniada. Elas afirmaram que o “Projeto África” começou na instituição quando uma das crianças disse para uma colega que ela era escurinha e que seu cabelo era feio. A criança negra se queixou com a professora Ludmila que se viu desafiada a encaminhar uma abordagem para essa questão junto à sua turma. Ludmila, que também é negra, perguntou para as crianças: “Quem gosta da professora Ludmila?”. As crianças levantaram os bracinhos dizendo “eu!”. Ludmila disse: “Vejam só. Eu sou preta, negra e escura. Então eu vou chamar aqui as crianças que acham que são da minha cor”. Algumas crianças se levantaram e foram até a professora.

Eu vou chamar aqui a frente as crianças que acham que são da mesma cor da professora Ludmila. Foi aquele silêncio na sala. Alguns foram levantando, vieram até mim e ficaram um ao lado do outro os que acharam que são da minha cor. Foi assim que iniciou o projeto. E quem acha estas crianças lindas? Vocês não acham a professora Ludmila linda? Nossa, as crianças são lindas também¹⁹.

Procuramos saber das entrevistadas se a acompanhante da Regional de Ensino, responsável pelas ações de formação na creche, contribuiu para o encaminhamento da discussão proposta sobre a promoção da igualdade racial entre as crianças. Elas disseram que a acompanhante entregou uma apostila com as “habilidades” que as professoras da creche deveriam buscar alcançar com as crianças em torno dessa temática. Dentre essas “habilidades”, segundo Ludmila e Elaine, cada criança deveria adquirir o respeito à diversidade, à cultura e à diferença. No entanto, em relação ao “Projeto África”, a creche não recebeu orientações específicas. O que foi feito, segundo as entrevistadas, decorreu de pesquisas na internet e da leitura do livro *As meninas negras*, de Madu Costa, com ilustrações de Rubem Filho. A localização da África no mapa, a pesquisa sobre a história dos negros, das vestimentas típicas e de

18. Todos os nomes utilizados a seguir nessa parte do trabalho são fictícios para manter o anonimato das participantes da pesquisa.

19. Entrevista fornecida por Eliane e Ludmila aos autores em outubro de 2015.

palavras de origem africana enriqueceram as atividades desenvolvidas junto às crianças. No final do projeto, foi construído um “livrão” com o reconto da mesma história a partir da compreensão das crianças. De acordo com Ludmila e Elaine, o maior desafio na creche é que a abordagem da temática não fique restrita às professoras e às crianças, pois é preciso contar com o envolvimento e a aceitação dos pais e familiares.

A professora Ludmila afirmou que procura trabalhar com as diferenças étnico-raciais, valorizando a autoestima da criança negra por meio dos penteados e adereços, e com as histórias dos negros – por exemplo, o navio negreiro para crianças de faixa etária de cinco anos. Porém, a professora declarou que não conseguiu orientações nem teve oportunidade de participar de ações de formação que indicassem como agir em situações de conflito como aquela vivida por ela, relacionadas à cor e ao cabelo das crianças. Isso fez com que se sentisse perdida e não soubesse dar um encaminhamento esperado pela criança negra. Com relação às Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, Elaine e Ludmila afirmaram que as informações recebidas foram muito superficiais e pouco concretas. “Foi uma simples apostila de três ou quatro páginas”²⁰. Uma das estratégias de formação adotada nas Regionais de Ensino em Belo Horizonte é a realização de cursos, encontros e reuniões com representantes de creches e UMEIs. O relato das professoras dessa creche evidencia a necessidade de aperfeiçoar essas estratégias, no que trata das políticas para a igualdade racial na Educação Infantil.

Mariana e Isabela, no momento da entrevista, trabalhavam em uma UMEI em Belo Horizonte como vice-diretora e coordenadora pedagógica da instituição. Elas afirmaram que o projeto “África, emoções e corpo” envolveu toda a instituição na discussão da promoção da igualdade racial. A intenção da Unidade é que as propostas de trabalho pedagógico façam parte do currículo da Educação Infantil. “Estamos desconstruindo a ideia de que a professora tem que dedicar um dia ou um mês somente para o trabalho com a temática”²¹. De acordo com as entrevistadas, pensar propostas curriculares articuladas, inclusive com a participação das famílias, é mais do que desenvolver projetos por temas. Por isso afirmaram que fizeram

20. Entrevista fornecida por Eliane e Ludmila aos autores em outubro de 2015.

21. Entrevista fornecida por Mariana e Isabela aos autores em outubro de 2015.

“palestras para as famílias, para que as mesmas interajam e conheçam o projeto da escola, pois a criança reproduz muito o que o adulto faz”²².

Mariana e Isabela, durante a entrevista, afirmaram que para o projeto “África, emoções e corpo” foram desenvolvidas ações com literatura infantil, cantores negros, repertório de músicas africanas, instrumentos musicais, brincadeiras, contação de histórias, poesias, oficina de turbantes, dentre outros. Além disso, trabalharam com diversos tipos de penteados, buscando envolver e mobilizar o próprio corpo das crianças na realização de desfiles com penteados de “cabelo axé”. É preciso trabalhar e superar com as crianças, desde cedo, que a vida do negro não é caricatura nem fantasia. A vida do negro é real. As professoras denunciam que sabem de instituições em que professoras brancas se pintam de negras, colocam perucas na cabeça e reproduzem estereótipos sobre o que significa ser negro no Brasil hoje. “Professora se pintando de preta e colocando peruca e aquela coisa mais esquisita na cabeça e fazendo caricatura, uma boca vermelha. Isso não é legal”²³.

Segundo as entrevistadas, é preciso associar as ações pedagógicas de promoção da igualdade racial a uma luta mais ampla de combate ao racismo, ainda velado entre nós. Elas relatam o triste caso de uma menina que ouviu de outras crianças que a avó dela, por ser negra, era feia. Essa menina ficou tão triste e chateada com esse fato que pediu à avó para não ir mais buscá-la na UMEI.

Tivemos uma criança aqui que nos marcou muito. A menina chegou perto da avó e falou com ela que não fosse mais buscá-la na escola (a avó é negra). Algumas crianças disseram para menina que a avó dela era feia. E a menina chegou chateada e pediu para a avó que ela não viesse buscar. A menina estava com vergonha de ser negra. Mais um motivo para nós trabalharmos com a diferença²⁴.

As ações de formação continuada voltadas para a promoção da igualdade racial, de acordo com Mariana e Isabela, são muito importantes para o trabalho desenvolvido junto às professoras e às crianças da UMEI. Elas afirmaram

22. Entrevista fornecida por Mariana e Isabela aos autores em outubro de 2015.

23. Entrevista fornecida por Mariana e Isabela aos autores em outubro de 2015.

24. Entrevista fornecida por Mariana e Isabela aos autores em outubro de 2015.

que a instituição tem buscado participar de todas as ações de formações continuadas realizadas na Regional de Ensino e na SMED, incumbindo a representante da Umei de repassar para o coletivo as informações recebidas. Além das formações oferecidas pela Gerência Regional e pelo Núcleo de Relações Étnico-Racial e de Gênero da SMED, segundo as entrevistadas, são oferecidas também outras formações para todo o corpo docente da UMEI.

Rosa e Giana, no momento da entrevista, trabalhavam na Gerência de Educação de uma das Regionais de Belo Horizonte como acompanhantes em UMEIs. Elas afirmaram, dentre outras coisas, que as ações de formação promovidas por diferentes instâncias da SMED não seguem uma agenda articulada; muitas vezes há conflito de propostas e datas. Além disso, no caso específico da promoção da igualdade racial, faltam materiais concretos que orientem as professoras em relação ao que está estabelecido na legislação.

As entrevistas mostram movimentos significativos no sentido de valorizar e reconhecer a importância das ações voltadas a essa temática, sobretudo no mês de novembro, em que se comemora o Dia Nacional da Consciência Negra. Além disso, são encontrados registros em portfólios, cartazes, painéis e murais com imagens de pessoas negras possibilitando que as crianças negras possam se identificar e se reconhecer enquanto negras. No entanto, esse movimento já perceptível esbarra na concepção de algumas professoras de que não existe preconceito nem racismo na educação infantil. As entrevistadas afirmaram que há confusão entre racismo, falta de educação, grosseria, distrato e preconceito, particularmente ao nomear e definir estes conceitos. “Esses dias a gente teve uma voz de uma coordenadora reclamando de uma instituição que, se teve preconceito com a neta dela, ela não conseguiu nomear se foi preconceito racial”²⁵.

Para superar essa dificuldade de identificar e nomear situações de racismo ao se discutir abertamente a temática, é preciso, segundo Rosa e Giane, que a formação continuada das professoras tenha uma agenda articulada coletivamente desenvolvida por meio de atividades mais práticas que mostrem possibilidades concretas de mudanças de atitude. O kit cor da cultura²⁶, por exemplo, foi e continua sendo um material muito importante.

25. Entrevista fornecida por Rosa e Giane aos autores em outubro de 2015.

26. O material do Kit está disponível em <http://www.acordacultura.org.br/kit>

No entanto, é preciso reconhecer que ações de formação não bastam, pois mesmo após estas ações, posturas equivocadas podem permanecer.

De acordo com as entrevistadas, antes as ações de promoção da igualdade racial praticamente não existiam e, quando ocorriam, eram apenas locais e pontuais. Hoje as coisas melhoraram, mas o maior desafio ainda é assumir o conteúdo das Leis nº 10.638/2003 e 11.645/2008 como parte integrante dos currículos da Educação Infantil.

Para Liliam, gerente pedagógica de uma das Regionais de Educação Belo Horizonte, a temática ainda não está plenamente inserida no currículo. A discussão sobre a igualdade racial depende da preocupação e da presença de uma professora preta na escola. “Então, se não tem uma professora negra que se preocupa, não existe a discussão”²⁷. A ampliação das ações de formação continuada, de acordo com Liliam, seria o caminho a ser trilhado. É preciso ainda que os participantes da formação se tornem multiplicadores no cotidiano das instituições, utilizando como referência o plano municipal e as diretrizes da promoção da igualdade racial, potencializando o uso dos kits, nem sempre utilizados. Outro desafio, segundo a gerente pedagógica, é vencer o preconceito embutido em nós. “Há professores que ainda pensam que preconceito e racismo não impactam, que a trajetória escolar de uma criança negra é igual a trajetória escolar de uma criança branca. Não é”²⁸.

O papel da gerência pedagógica é aprofundar o debate e fazer valer a legislação. Esse trabalho é imprescindível não só na Educação Infantil, pois somos racistas e não assumimos esse fato. De acordo com Liliam, é preciso que a sociedade como um todo enfrente as situações vivenciadas pelos negros e faça um combate sem tréguas ao preconceito e ao racismo. “Temos que enfrentar os nossos próprios preconceitos. Nós somos racistas, nós somos preconceituosos [...] e a primeira coisa a fazer é lidar com o racismo da sociedade mesmo. Então este é o principal desafio”²⁹. Para tanto, há muitos materiais produzidos pela PBH, como livros, vídeos e o kit “Cor da cultura”, que promove a igualdade racial na cidade e nas escolas, afirma a gerente.

27. Entrevista fornecida por Liliam aos autores em outubro de 2015.

28. Entrevista fornecida por Liliam aos autores em outubro de 2015.

29. Entrevista fornecida por Liliam aos autores em outubro de 2015.

Entrevistamos ainda Miriam e Marta, duas professoras gestoras das políticas para a Educação Infantil e para a igualdade racial na Secretaria Municipal de Educação. Em sua entrevista, Miriam ressalta que nas *Proposições curriculares para a Educação Infantil em Belo Horizonte*, a igualdade racial é abordada no capítulo da diversidade e inclusão, porque “a inclusão está posta em todas as discussões da Educação Infantil, não só dentro do capítulo da diversidade, mas ao longo de todo o documento, [n]as discussões étnico-raciais, da criança com deficiência, da indígena, ou seja, de toda e qualquer criança”³⁰.

Em relação à igualdade racial, Miriam afirma que o grande desafio é superar a visão de que a criança da Educação Infantil, por ser pura, inocente e angelical, não é racista ou preconceituosa. Isso reforça a necessidade de continuarmos a discussão sobre a concepção de criança, infância e educação na formação de professores. Essa visão faz com que os profissionais da instituição ignorem a temática e não promovam discussões com as crianças e suas famílias. Reconhecemos e afirmamos que a criança é capaz e competente. No entanto, sabemos que ela, muitas vezes, reproduz o ambiente em que vive, notoriamente racista.

Dentre as ações da política educacional para discutir e alavancar a luta contra o racismo, Miriam destaca o oferecimento, por parte da SMED, de materiais diversos e de qualidade, como livros, brinquedos, bonecas negras, bonecas brancas, entre outros, que considerem a temática da diversidade e a igualdade racial. Essa materialidade pode fazer grande diferença na formação de nossas crianças. Além disso, é preciso apontar o que precisa ser mudado no cotidiano das instituições de Educação Infantil. Aqueles que resistem a essa discussão ainda acreditam que existe “democracia racial” no Brasil. Quando uma professora da Educação Infantil diz, “lá vem este povo fazer tempestade em copo d’água”, ela desqualifica possíveis denúncias de racismo e banaliza fatos cotidianos que precisam ser discutidos e encaminhados. É por isso que os responsáveis pela implementação da política de igualdade racial na Educação Infantil têm que apontar e nomear a discriminação, o preconceito e o racismo o tempo todo. “Quando você vê um mural, procure

30. Entrevista fornecida por Miriam aos autores em outubro de 2015.

identificar se tem famílias negras, se tem crianças negras. Temos que cuidar muito disso. [...] Se precisamos cuidar o tempo todo é porque isso ainda é frágil”³¹.

É preciso mais investimento para a consolidação dessa política, pois a maioria das crianças atendidas nas creches e nas UMEIs é negra e pobre. Há um significativo recorte de raça e de classe no atendimento público às crianças nas instituições de Educação Infantil da cidade de Belo Horizonte, onde 65,5% das crianças são pretas e pardas, conforme Miriam.

Ainda de acordo com a gestora, a formação continuada de professores a partir dos princípios das Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008 buscam fortalecer a luta contra o racismo. Um das ações oferecida pela SMED com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), foi a formação que teve como convidada a professora Lucimar Rosa Dias, que pesquisa práticas de racismo na Educação Infantil e é especialista em gestão de políticas públicas para a igualdade racial.

Na visão de Miriam, a discussão sobre as relações étnico-raciais deve fazer parte do currículo independentemente de algo urgente e/ou gritante. É preciso cuidado pedagógico para mostrar aquilo que insiste em ficar velado, trabalhando preventivamente e evitando melindres. A mobilização de todos deve ocorrer não para “apagar um incêndio”, quando um caso é denunciado, mas o tempo todo.

Nesse sentido, como parte da política educacional do município, a gestora afirma que a SMED exige no Projeto de Ação Pedagógica (PAP) de cada escola ações de formação que contemplem os princípios da legislação e das diretrizes municipais de forma organizada, visando aprofundar os preceitos das *Proposições curriculares para a Educação Infantil*. “Eu perguntei por que as bonecas pretas estão dentro do armário fechadas e as brancas estão em cima do armário, em evidência. Elas não souberam me responder”³².

Esse retrato da sociedade brasileira indicado por Miriam, que se assenta na falsa “democracia racial”, é questionado também por Marta, em sua entrevista, na qual contou detalhes das lutas pela igualdade racial em Belo Horizonte, nas creches e nas UMEIs, revelou a necessidade de mais

31. Entrevista fornecida por Miriam aos autores em outubro de 2015.

32. Entrevista fornecida por Miriam aos autores em outubro de 2015.

pesquisas acadêmicas sobre a temática, mostrou a importância da produção e divulgação de novos materiais pedagógicos e destacou as demandas em torno da formação de professores.

Segundo Marta, o protagonismo do movimento negro, de educadores negros e sindicalistas negros em Belo Horizonte, foi decisivo na luta pela qualidade da educação e na conquista das políticas para a igualdade racial na cidade. A criação do Núcleo de Relações Étnico-Raciais da Secretaria Municipal de Educação é parte importante dessa política. O movimento negro, de acordo com a professora gestora, sempre defendeu que a escola seja um espaço livre do racismo. Para isso, é necessário e urgente tematizar e discutir essa questão desde a Educação Infantil, promovendo uma campanha expressiva em torno da formação continuada de professores, indagando: “Como pesquisar o que não existe? Como formar sem saber como? Como produzir materiais sem pesquisas e sem o objetivo da formação?”³³.

Marta avalia que essas indagações, formuladas pelos militantes do movimento social e dirigidas aos gestores das políticas públicas educacionais, foram incorporadas no processo de elaboração do kit de literatura para cada escola, que além de reforçar a importância da leitura e da literatura para as crianças, privilegia obras que buscam empoderar os personagens negros, geralmente ausentes do currículo escolar. A gestora destaca ainda que ações como a Mostra de Literatura Afro-brasileira e as oficinas de capoeira e de cabelos foram importantes para resgatar e valorizar a autoestima dos negros.

Além disso, o oferecimento de cursos de pós-graduação e outros, dando continuidade aos processos e visando qualificar os professores, foi outro passo importante na luta pela igualdade racial. O movimento negro reivindicava que as vagas desses cursos fossem destinadas às professoras que atuavam em territórios de maioria negra ou de populações vulneráveis. O movimento indagava: Como tratar com equidade a origem de classe e de raça? Como assegurar o acesso universal, garantindo a correção de disparidades? No fundo dessas indagações estavam as tensões existentes entre a luta pelo respeito à diversidade e pela garantia de igualdade³⁴.

33. Entrevista fornecida por Marta aos autores em outubro de 2015.

34. Entrevista fornecida por Marta aos autores em outubro de 2015.

Essas questões também apareciam na discussão sobre a prioridade de vagas nas UMEIs de Belo Horizonte. Qual seria o critério mais justo para atender as crianças, já que não haveria vagas para todas? Prevalece ainda o atendimento prioritário, com 70% das vagas para famílias em situações de vulnerabilidade, enquanto o movimento negro defendia 50% das vagas para crianças negras na Educação Infantil. Qual o melhor critério, quando o direito universal às vagas ainda não está garantido? As crianças pobres devem ter prioridade sobre as demais? As crianças negras devem ter prioridade sobre as crianças pobres? Em Belo Horizonte, o critério vigente é a vulnerabilidade social. Na realidade brasileira, a maioria dos pobres é negra e a maioria dos negros é pobre – sinalizando o acerto dessa política de atendimento que abrange ambos os grupos³⁵.

Um dos problemas enfrentados nas políticas para a igualdade racial dos professores da Educação Infantil é a rotatividade e a mudança de profissionais nas instituições: os novos professores que chegam se dizem despreparados para trabalhar essa temática. Isso revela, segundo Marta, o quanto a universidade precisa avançar na formação inicial das novas gerações de professores, pois a PBH e a SMED não conseguem sozinhas resolver essas dificuldades no âmbito da formação continuada. Além disso, muitas creches são dirigidas por pessoas ligadas a movimentos de fraternidade e de igrejas, que conhecem pouco ou até mesmo se negam a conhecer a cultura africana, associando-a à questão religiosa. O Núcleo de Relações Étnico-Raciais da SMED busca desenvolver seu trabalho e contribuir para superar essas dificuldades enfrentadas na luta pela igualdade racial.

Marta percebe os avanços legais e institucionais e afirma que ainda não são suficientes, destacando a necessidade de melhorar a formação inicial nas universidades. Para isso, o combate ao racismo e a todas as formas de preconceito necessita de uma visibilidade cada vez maior, para que seja prioridade do município e centralidade dos currículos dos cursos de licenciatura, ganhando assim corações e mentes dos cidadãos. As ações de formação para a igualdade racial não devem buscar apenas “sensibilizar”, segundo Marta, mas também compor o currículo, e não se restringirem a

35. Entrevista fornecida por Marta aos autores em outubro de 2015.

datas comemorativas. Já é tempo de se comprometer com a luta dos negros, pois ainda temos pouco a comemorar. A luta contra o racismo é complexa. Trabalhar os elementos dessa luta com as crianças desde a Educação Infantil é mais complexo ainda.

Referências

ARENDDT, H. *Responsabilidade e julgamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal da Coordenação de Política Social. *Resolução CME/BH nº 003, de 20 de novembro de 2004*. Institui diretrizes curriculares municipais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Diário Oficial do Município, Poder Executivo, Belo Horizonte, 30 dez. 2004. v. 10, n. 2271.

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Educação. *Desafios da formação*: proposições curriculares para a educação infantil da rede municipal de educação e creches conveniadas com a PBH. Belo Horizonte: SMED, 2009.

BELO HORIZONTE. *Diretrizes curriculares municipais para a educação das relações étnico-raciais*. Belo Horizonte: SMED, 2013.

BODZIAK JÚNIOR, P. E. O impacto social na educação: Little Rock e o despertar para a responsabilidade em Hannah Arendt. In: Colóquio Internacional Hannah Arendt, 1., 2013, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2013. p. 248-262.

BRASIL. *Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Ministério da Educação. *Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais*. Brasília, DF: Secad, 2006.

BRASIL. *Lei nº 11645, de 10 de março de 2008*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e

Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Seção 1, p. 1.

BRASIL. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil*. Brasília, DF: MEC; SEB, 2010a.

BRASIL. *Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010*. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 21 jul. 2010b. Seção 1, p. 1.

BRITO, J. E.; MIRANDA, S. A. Educação das relações étnico-raciais e saberes emergentes na formação docente. In: CASTRO, V. E. (org.). *Formação continuada de docentes da educação básica: construindo e reconstruindo conhecimentos na prática pedagógica*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 261-278. 2017.

FEITAL, L. M. *A promoção da igualdade racial e a política pública de formação dos professores da Educação Infantil em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação – UFMG, 2016 (Dissertação de Mestrado).

ROSEMBERG, F. Educação infantil e relações raciais: uma tensão entre igualdade e diversidade. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 44, n. 153, p. 742-759, jul./set. 2014.

SILVÉRIO, V. R. O papel das ações afirmativas em contextos racializados: algumas anotações sobre o debate brasileiro. In: SILVA, P. B. G.; SILVÉRIO, V. R. (org.). *Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília, DF: Inep, p. 55-77. 2003.